

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Licenciatura Plena em História

Gabriel Vinícius Oliveira da Silva

Os Indígenas e a guerra luso-neerlandesa(1630-1654): uma análise da
historiografia.

Recife

2024

Gabriel Vinícius Oliveira da Silva

Os Indígenas e a guerra luso-neerlandesa(1630-1654): uma análise da
historiografia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal Rural de Pernambuco
como exigência para a conclusão do curso de
Licenciatura Plena em História.

Prof. Orientador: Bruno Romero Ferreira
Miranda

Recife
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48i

Silva, Gabriel

Os Indígenas e a guerra luso-neerlandesa(1630-1654): uma análise da historiografia. / Gabriel Silva. - 2024.
39 f.

Orientador: Bruno Romero Ferreira Miranda.
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,
Recife, 2024.

1. Historiografia. 2. Indígenas. 3. Brasil holandês. I. Miranda, Bruno Romero Ferreira, orient. II. Título

CDD 909

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIEL VINÍCIUS OLIVEIRA DA SILVA

Os Indígenas e a guerra luso-neerlandesa(1630-1654): uma análise da historiografia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II e obtenção do grau de Licenciado em História.

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Licenciatura em História

Prof.a Dr.a Mariana de Albuquerque Dantas (Avaliadora interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Licenciatura em História

Ms. Lucas de Lima Silva (Avaliador externo)
Prefeitura da Cidade do Recife

Recife, Março de 2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a meus pais, que sempre me garantiram todas as condições necessárias para que eu pudesse concretizar a minha formação, desde o ensino básico até os dias atuais. Vocês lutaram ao longo de toda a minha vida para me permitir ter tudo aquilo que, infelizmente, não tiveram a possibilidade de ter durante as suas juventudes, e a isso serei eternamente grato.

Quero agradecer também a todos aqueles que me acompanharam ao longo do caminho da graduação. Minha amiga e colega de curso Ariadyne Souza, companheira fiel ao longo de todos os períodos da minha graduação, meu parceiro de curso Jonas Eduardo, que se aventurou em todas as empreitadas que me meti nessa graduação, aos colegas de turma, Miguel Ângelo, Luiz Henriky, Andrelly Santiago, Maria Augusta, entre tantos outros, muito obrigado, vocês fizeram esse caminho árduo ser um pouco mais leve. Agradeço também ao meu orientador, Bruno Miranda, por ter topado o desafio de me orientar e pelo tamanho aprendizado adquirido na produção deste trabalho.

Agradeço aos meus melhores amigos, em especial Juane Braúna e Matheus Martins, por serem meu porto seguro a tantos anos e me garantirem que, se tudo der errado, sempre terei um lugar para onde retornar.

Agradeço aos meus companheiros de trabalho desses últimos 2 anos, que mesmo sem terem total consciência dessa realidade dupla entre trabalho e estudo a qual estou submetido, conseguem aliviar a rotina estressante do dia a dia.

Agradeço a todos aqueles que passaram pela minha vida ao longo desses anos de graduação, direta ou indiretamente, vocês fizeram parte de quem eu era e de quem eu me tornei, de uma forma ou de outra, agradeço.

Por fim, gostaria de dizer como é gratificante e realizador conseguir chegar até aqui e concluir um trabalho desse tipo. A minha geração de graduandos vai estar sempre marcada como a geração da pandemia, dos cortes públicos na educação e das crises, o que torna a realização dos nossos trabalhos durante estes anos uma verdadeira vitória a se comemorar.

O ano de 2023 não foi nada fácil, muitos desafios e obstáculos se prostraram em meu caminho, ciclos se fecharam e, curiosamente, se abriram, tornando este curioso ano uma verdadeira montanha russa de emoções em minha vida. A conclusão deste trabalho não simboliza apenas um fim de uma graduação, mas o início de um novo ciclo, e a isto sou grato.

Para minha mãe, que primeiro me instigou o interesse pela leitura. Valeu a pena o seu sacrifício, seu filho está formado.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
Os Indígenas e a guerra luso-neerlandesa(1630-1654): uma análise da historiografia.....	8
INTRODUÇÃO.....	8
1. Gente de Guerra: novas alianças a serviço bélico.....	11
2. Entre a cruz e a espada: expansão religiosa e as políticas indigenistas.....	15
3. Liderança Indígena: fiéis aliados, nobres da guerra.....	21
4. Considerações Finais.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXOS.....	35
Diretrizes para Autores:.....	35

RESUMO

As invasões neerlandesas em território brasileiro (1624-1654), se demonstram como um ponto forte dentro do campo historiográfico do nosso período colonial, devido a sua característica única de ser um capítulo que, apesar de considerado breve dentro de uma análise da História Colonial, também se configura como um de seus episódios mais bem documentados e, conseqüentemente, trabalhado.

Dentro desse rico período, usualmente chamado de Brasil holandês, alguns assuntos parecem mais recorrentes, a exemplo dos diferentes tipos de colonização, a especificidade da chamada ‘Guerra Brasília’ e seus principais personagens, entre outros. Tudo é amplamente debatido e muitos trabalhos de qualidade podem ser encontrados, definindo uma riqueza de conteúdos a todos aqueles interessados na temática. A questão indígena, nesse sentido, aparece como uma das mais relevantes e definidoras na caracterização do período.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo realizar as seguintes perguntas: Como são trabalhados os indígenas dentro da historiografia do Brasil holandês? O objetivo do presente artigo é averiguar como os principais autores da temática tratam das populações indígenas e de seu envolvimento nas guerras luso-neerlandesas.

Palavras-chave: Historiografia; Indígenas; Brasil holandês.

ABSTRACT

The Dutch invasions of Brazilian territory (1624-1654) are a strong point within the historiographical field of our colonial period, due to their unique characteristic of being a chapter that, although considered brief within an analysis of Colonial History, is also one of its best documented episodes and, consequently, one that has been worked on.

Within this rich period, usually referred to as Dutch Brazil, some subjects seem more recurrent, such as the different types of colonization, the specificity of the so-called 'Brazilian War' and its main characters, among others. Everything is widely debated and many high-quality works can be found, providing a wealth of content for all those interested in the subject. The indigenous issue, in this sense, appears as one of the most relevant and defining in characterizing the period.

With this in mind, this paper aims to ask the following questions: How are indigenous people dealt with in the historiography of Dutch Brazil? The aim of this article is to find out how the main authors on the subject deal with indigenous populations and their involvement in the Luso-Dutch wars.

Keywords: Historiography; Indians; Dutch Brazil.

Os Indígenas e a guerra luso-neerlandesa(1630-1654): uma análise da historiografia.

Gabriel Vinícius Oliveira da Silva¹

Prof. orientador: Bruno Romero Ferreira Miranda²

INTRODUÇÃO

Apesar de se apresentar como um curto capítulo dentro da História do Brasil Colonial, o período Neerlandês no Brasil desperta a curiosidade, oferecendo possibilidades historiográficas interessantes e, mesmo após já realizados variados e importantes esforços para o entendimento histórico do período, pode-se observar que a gama de possibilidades a se explorar na temática ainda não se encontra esgotada.

Em meados do XVII, em decorrência tanto da forte corrida pela expansão marítima, alavancada pelos exemplos de sucesso das potências Ibéricas, quanto pela necessidade de afirmação política da recente nação neerlandesa, além de um período de trégua nas intensas disputas contra a monarquia Espanhola (MELLO, 2010, pág. 8-15) , a Europa vê surgir no mar do Norte um novo império marítimo de origem Batava, que se organiza a partir de esforços privados e estatais de maneira curiosa, e com planos que visavam a conquista do ‘Ouro’ do mundo Ocidental, neste caso caracterizado pelo açúcar das colônias.

Apesar de manter boas relações comerciais com Portugal até a sua unificação com a monarquia Espanhola dos Habsburgo, as possibilidades e riquezas dentro do domínio colonial do Novo Mundo, em especial o português, enchiam os olhos dos neerlandeses e pareciam ser, até então, o caminho natural para todo aquele que buscasse se firmar dentro do comércio ultramarino europeu.

Embora os esforços iniciais dos neerlandeses tenham se direcionado ao Caribe, o projeto formulado em torno da Companhia das Índias Ocidentais (*Westindische Compagnie*, WIC), que buscava replicar o sucesso que sua instituição irmã vinha conquistando na Ásia,

¹ Graduando do curso de Licenciatura Plena em História da UFRPE.

² Dr. em História pela Universiteit Leiden, professor adjunto do curso de Licenciatura em História da UFRPE.

logo enxergou no comércio português e em sua rede de produção e exportação do açúcar, centrada na costa do nordeste brasileiro, a possibilidade para a realização dos desejos Flamengos.

A América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista da sua condição de possessão lusitana, o que conferia à sua defesa uma posição subalterna na escala das prioridades militares do governo de Madri. Contava-se também com a obtenção de lucros fabulosos a serem proporcionados pelo açúcar e pelo pau-brasil, calculando-se que, uma vez conquistada a um custo máximo de 2,5 milhões de florins, a colônia renderia anualmente cerca de 8 milhões de florins. Outro argumento favorável ao ataque contra o Brasil dizia respeito ao fato de que, enquanto os centros do poder espanhol no Novo Mundo estavam concentrados no altiplano, o que tornaria a ocupação tarefa complexa e onerosa, os núcleos de população portuguesa situavam-se ao longo do litoral, ao alcance do poder naval batavo [...]. (MELLO, 2010, pág. 17)

É diante deste cenário de ganância e anseio por riquezas e afirmação, que as duas principais capitanias da colônia, a da Bahia e a de Pernambuco, passam a ser alvo prioritário dos interesses da WIC. As primeiras incursões neerlandesas no nordeste brasileiro se iniciam na primeira metade do XVII, tendo como alvo inicial o território da Bahia, principal entreposto político da colônia e até então território que ocupava o posto da capital.(MELLO, 2010, pág. 22-24).

Assim, a maio de 1624, as tropas da WIC iniciam a sua primeira, e fracassada, incursão a Salvador, onde apesar de haver um certo êxito inicial, a resistência fora competente no controle e repressão das tropas neerlandesas. Apesar de não concretizados os objetivos, a chegada de um ataque armado e organizado com intenções de dominar a capital da colônia ligava o sinal de alerta em relação aos neerlandeses e seus interesses . (MELLO, 2010, pág. 22-24).

Estariam aí, neste episódio, inaugurados os conflitos luso-neerlandeses que tomariam conta da dinâmica do Nordeste Brasileiro ao longo de toda a primeira metade do séc. XVII, conflito que teria impacto significado em toda a História do período colonial Brasileiro.

Buscando se reerguer do fracasso do episódio Baiano, as armadas da WIC direcionam seus esforços ao longo do restante da década para a conquista de mais recursos, que possibilitassem tanto a contratação de tropas para o processo de conquista, quanto a possibilidade de planejarem com mais afinco as estratégias que traçaram para a concretização dos seus planos, evitando novos episódios do tipo. (MELLO, 2010, pág. 31).

Assim, como aponta Mello (2010, pág.23), entre os anos de 1628 e 1630, as tropas neerlandesas passam a realizar incursões e pequenas conquistas no Caribe, para fins de angariação de recursos. Passaram a realizar também constantes interceptações e saques a

embarcações comerciais portuguesas saídas de terras brasileiras, com fins de enfraquecer e desabastecer as cidades que necessitavam daqueles recursos, sobretudo a capitania de Pernambuco, que seria o principal alvo e que teria suas incursões iniciadas em 1630.

Organizada a tropa de 7.000 homens liderados pelo almirante Hendrick Cornelisz Loncq, a armada da WIC chegou a 14 de fevereiro de 1630 em terras pernambucanas, com intenções de tomar a vila de Olinda e seu porto, Recife. Apesar da existência de tropas de defesa das terras, lideradas pelo donatário Matias de Albuquerque, notável por sua contribuição no episódio baiano, a resistência de Olinda não contaria com tropas suficientes para parar o avanço da armada neerlandesa, que venceria o confronto e tomaria controle de Olinda e do Recife, dando início assim ao período de controle Neerlandês no nordeste brasileiro. (MELLO, 2010, pág. 31-32).

Tendo como capital o Recife, o legado neerlandês dentro do período colonial brasileiro pode ser bem expresso em alguns pontos centrais, já bastante discutidos e definidos pela historiografia do período, a exemplo de alguns que podemos citar como o rápido desenvolvimento de novos centros urbanos, a instauração de novas políticas, algumas figuras e governantes notáveis, assim como a chegada de novas pessoas de origem ‘cristã-nova’, entre outros temas.

Não sendo o ponto central a ser discutido neste trabalho, questões como o impacto social, cultural, religioso, além de detalhes quanto às novas dinâmicas econômicas, estudo das figuras e governantes, entre outras temáticas relacionadas, podem ser encontradas dentro dos esforços de outros especialistas da questão. O que queremos debater aqui, de fato, é uma temática que diz respeito a um determinado agente presente não só na História do período colonial brasileiro, mas como também ao longo de toda a História deste território, e que possui importantíssimo papel dentro das dinâmicas coloniais que caracterizam o período, sobretudo quando relacionados ao conflito entre neerlandeses e portugueses, a tomada de territórios e as incursões sertão afora.

Os povos indígenas do Brasil, apesar de reconhecidos como agentes históricos ativos em todos os períodos de nossa curta História, dotados de seus próprios interesses, atitudes, dinâmicas, figuras notáveis e importantes participações e contribuições à nossa História, ainda tendem a ver seu protagonismo enquanto sujeitos históricos pouco reconhecido, sendo a historiografia indígena crítica, que busque resgatar o papel de protagonista destas figuras enquanto agente social e sujeito histórico ativo, um campo bastante recente e com um longo caminho a ser trilhado, sobretudo em compensação a seu apagamento empreendido por séculos dentro da historiografia brasileira. (ALMEIDA, 2010, p.13-28).

Ao longo da história da produção historiográfica brasileira, pode-se perceber que a promoção do apagamento do papel do ‘índio’ enquanto ser histórico dentro de nossas produções se apresenta como característica marcante. Esse processo, como sabemos, não é ocasional, e é fruto de empreendimentos ligados a formação de uma História do Brasil, desde os primeiros esforços para tal, interligada a raízes europeias e ocidentalizadas, não havendo espaço para outros agentes importantíssimos nessa formação, entre eles os indígenas.(ALMEIDA, 2010, p.13-28).

Os esforços para o desenvolvimento de uma história indígena, com narrativas que o enxerguem enquanto ser social presente e construtor da nossa própria história está ligada a década de 1980, onde novas possibilidades surgem com a interdisciplinaridade, as portas abertas pela Antropologia e pelos esforços de alguns grandes indigenistas, a exemplo de John Manuel Monteiro e João Pacheco de Oliveira. (POMPA, 2012, p. 61-79).

Neste sentido, realizar um trabalho que busque analisar a presença indígena dentro do período dos conflitos luso-neerlandeses se confere como uma boa contribuição a se inserir nas novas tendências historiográficas dentro da temática da História Indígena, movimento este que passa a surgir com mais amplitude a partir da segunda metade do século XX e que pode ser mais notado dentro de trabalhos de autores como Maria Regina Celestino de Almeida (2010), Manuela Carneiro da Cunha(1992), Ronald Raminelli (2009), Cristina Pompa (2012), João Pacheco de Oliveira (2018), John Manuel Monteiro (1994) entre outros, e que tem, como já anteriormente citado, o objetivo de resgatar esse papel de protagonista do indígena enquanto sujeito histórico.

Dessa forma, este artigo se propõe a analisar a partir de uma revisão bibliográfica da historiografia do “Brasil-holandês”, a inserção dos povos indígenas. Serão levantadas as seguintes questões: Como é trabalhada a figura dos indígenas? Quais os principais autores da temática indígena no recorte e quais os principais problemas e questões abordadas? A alguns destes questionamentos buscaremos respostas aqui, de forma a conseguir construir um bom guia que apresente um panorama geral da temática indígena dentro desse período.

1. Gente de Guerra: novas alianças a serviço bélico.

De maneira geral, podemos observar dentro da maior parte dos trabalhos que tocam na temática indígena no Brasil holandês a afirmação de que, devido às novas dinâmicas surgidas no contato entre os colonizadores e os povos locais, no contexto do conflito aqui analisado, as

tensões entre estes agentes tendem a se transformar, e novas possibilidades surgem nas relações dos mesmos, sobretudo para os indígenas. (GONÇALVES, 2005. Pag. 5)

Talvez pelas características e objetivos que circulavam algumas obras mais clássicas, realizadas ao longo da primeira metade do séc. XX, o fator citado acima não apareça de maneira tão presente como ponto a ser analisado. Além deste exemplo, podemos citar de uma forma geral a pouca preocupação dos autores dos grandes manuais e guias, considerados ‘clássicos’ do período Holandês, com a questão indígena.

Exemplos disso estão nos grandes manuais escritos por Francisco Adolfo de Varnhagen (1872), Pedro Souto Maior (1913) e Hermann Wätjen (1938), além de outras produções de meados do século XX, a exemplo de C. R. Boxer (1967), que apesar de se apresentarem como obras generalizantes que se propõe a uma exposição exaustiva da temática, os indígenas e suas contribuições, tão cruciais para consolidação do processo, quando aparecem, são tocados de forma sintomaticamente branda. O fenômeno é reflexo do apagamento empreendido pela historiografia. (ALMEIDA, 2010, p.13-28).

É importante contextualizar bem esse fenômeno para plena compreensão da problemática e entendimento da urgência de um resgate da participação indígena como integrante e construtor da nossa própria história. As raízes da construção de uma ‘História do Brasil’ estão ligadas a meados do século XIX, quando o recém formado Império Brasileiro está buscando se afirmar enquanto poder independente de Portugal, e para isso busca realizar esforços para o desenvolvimento da nossa própria História, traçando uma linha que esteja de acordo com seus objetivos, tanto de se afirmar enquanto civilização própria e independente. (COSTA, 2019, p. 92-93).

Esses esforços levam a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, onde os primeiros discursos sobre a História do Brasil passam a ser formados. Nele, surgiram as primeiras ‘narrativas oficiais’ da História brasileira. Algumas dessas narrativas tornaram-se tão influentes que transcenderam o oitocentos, seguindo como versões oficiais da História do país em produções contemporâneas. (COSTA, 2019, 93-97).

Neste sentido, autores como Varnhagen ganham destaque e influência por algumas produções, a exemplo de sua *História Geral do Brasil* (1854), em que o autor busca criar um grande manual da nossa História, como o nome sugere, e *Historia das Lutas com Os Holandezes no Brazil desde 1624 a 1654* (1872) em que o autor escreve uma das obras

pioneiras a tratar historiograficamente do período holandês no Brasil, tornando-se, até o presente momento, a narrativa oficial, mais conhecida e influente a respeito do episódio. (COSTA, 2019, 92-97).

Como sugere o trabalho de Regina de Carvalho Ribeiro da Costa (2019, p. 91-120), há um paradigma historiográfico a ser tratado em decorrência desse fenômeno do oitocentos descrito acima. As narrativas criadas por autores da época, e sobretudo por Varnhagen, um dos 'pais' dos trabalhos sobre a História Colonial e sobre o período holandês, tem por objetivo o desenvolvimento de narrativas que retratem uma ótica portuguesa a respeito desses períodos, utilizando-se majoritariamente de fontes de origem lusa e repercutindo de maneira intencional, em sua argumentação nas obras, narrativas em que o heroísmo e protagonismo português é valorizado, com o claro objetivo de desenvolver uma História do Brasil em que nos caracterizamos enquanto descendentes de heróis Portugueses, apagando nosso passado negro e, sobretudo, indígena. (COSTA, 2019, p. 91-97).

Para entender melhor o teor do tratamento que as obras de Varnhagen possuem em relação aos povos indígenas, o trabalho de Costa (2019) deve ser visto. O que devemos por em mente é o fato de que, ao longo das produções do século XX, muitas das quais se consolidariam como 'clássicos' do período neerlandês, a influência desses trabalhos do oitocentos é clara, de maneira tal que buscaremos analisar, mesmo que em um espaço ilimitado, o quanto esse apagamento do indígena minou a sua participação enquanto agente ao longo da historiografia do período, assim como buscaremos trazer à tona trabalhos que valorizem esse resgate e que já busquem identificar os nativos como protagonistas da nossa própria História.

O fato é que, de maneira geral, a situação dos indígenas dentro da lógica colonial do XVII, se insere em diferentes contextos que dizem respeito tanto aos interesses dos europeus e suas intenções coloniais, quanto aos objetivos dos próprios indígenas para com os seus interesses, sobretudo quando analisadas as situações dentro de um contexto bélico. Como já é bem apontado por Almeida (2010, p.45-69), a história das guerras coloniais entre o XVI e o XIX, também são a história das guerras indígenas, de forma que ambos os fenômenos não se desvencilham, pelo contrário, juntos formam a rede de complexidades presente nessa estrutura colonial.

Dentro desta cadeia de interesses, então, que os povos de maior predominância nos territórios do litoral nordestino que são palco do período holandês, mais especificamente

englobando a região entre a capitania de Pernambuco e o Ceará, territórios onde se encontravam etnias como os Tarairiu, os Tabajara e os Potiguara, se veem dentro de um cenário de novas possibilidades se comparadas às relações de períodos anteriores.

Ainda na segunda metade do XVI, enquanto os processos de conquista das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, em sua totalidade, é empreendida, a maior parte destes grupos ainda seria considerada como inimiga, empecilho para os objetivos dos agentes coloniais e, na maior parte das vezes, vítimas do processo de guerra justa. No entanto, ao mesmo tempo que estes grupos considerados hostis sofrem na cadeia dessas repressões, a existência de grupos aliados neste mesmo processo de conquista já se demonstra presente de forma mais evidente, sobretudo no caso dos Tabajara, que participam ativamente do processo de inserção da conquista e dos conflitos, sobretudo com os Potiguara ao norte, e com os Caetés, ao sul. (ALMEIDA, 2010, p.49 - 53).

Com o estreitar dos conflitos, recheados por trocas de alianças, tréguas, traições e confrontos entre todos os agentes presentes, fossem eles Tabajara, Potiguara, ou Portugueses, o fenômeno que se vê presente, de fato, a partir da década de 1590 aponta para o acordo de paz entre os Potiguara e os Portugueses, que com a eventual conquista das terras da Paraíba e Rio Grande, englobariam os mesmos entre as suas fileiras de guerra. Dava-se início a uma relação que perduraria por longos períodos dentro da estrutura colonial, e cujo quais os frutos e resultados podem ser bem-vistos dentro dos acontecimentos que cercam o período do Brasil holandês.

O interesse desta questão, no entanto, é como os episódios que se prosseguem a estas novas alianças se apresentam dentro da historiografia colonial, apontando para uma linha em que estes povos são vistos como sujeitos historicamente ativos. Certos trabalhos mais recentes já seguem uma linha de argumentação de que, já neste processo inicial das relações, os interesses indígenas estavam sendo considerados. (ALMEIDA, M. R. C., 2010, p.13-28).

Em uma das mais claras demonstrações deste processo, Regina Célia Gonçalves, no artigo “Os Potiguara na Guerra dos Brancos (1630-1654)” (2005), nos apresenta bem como dentro das poucas brechas existentes para a imposição de seus interesses, a defesa de seus semelhantes e para o seu próprio progresso naquela sociedade, os indígenas conseguem se manter protagonistas e ativos, atentos às possibilidades que lhe estavam disponíveis naqueles momentos.

O caso dos Potiguara, inseridos de maneira mais ativa e com maior destaque dentro dos conflitos luso-neerlandeses, é muito bem documentado, e portanto se demonstra com mais relevância dentro desse fenômeno, como aborda a autora:

Assim, este quadro de conflitos no seio das camadas dominantes, ao mesmo tempo permitiu que as populações indígenas “respirassem”, pois se tornaram necessários sucessivos ajustes e adaptações para consertar as “redes furadas” da sociedade colonial. Esses ajustes e adaptações variaram de acordo com a região, os grupos sociais e as épocas em que se realizaram, mas foram sempre presentes e deles “emergiram experiências individuais e coletivas que mesclavam interpretação, improvisação e cópia fascinada[...]. (GONÇALVES, 2005, pag.3)

A atividade bélica, nesse caso, surge na argumentação da autora como principal ocupação de destaque entre os indígenas, sobretudo entre os Potiguara, tanto por refletir mais ativamente as necessidades presentes ali no contexto colonial, quanto por possuírem uma certa apelação para linhas ligadas a liderança, a honra e o prestígio, o que demonstra, neste sentido, como posições que trazem privilégios para determinados indivíduos, tanto dentro do contexto colonial, quanto entre os próprios do seu povo, fenômeno que pretendemos abordar, mais futuramente, em outro tópico.

Nos primeiros momentos destas novas relações, em que de fato o indígena é caracterizado enquanto gente de guerra e mão de obra majoritária de atividades necessárias dentro do processo de conquista colonial, a autora aponta para um processo de gênese das transformações que passam a ocorrer dentro do modo de vida indígena, ligada a novas possibilidades de atuação que se abrem devido a existência de um novo conflito, que impõe necessidades em que estes povos se encaixavam. (GONÇALVES, 2005, Pág. 1-3).

Ainda que ligados a suas tradições e origens, as pesquisas mais recentes, oriundas de um contato interdisciplinar mais próximo entre a História e a Antropologia, apontam para um momento de transformação, ou ainda, ‘metamorfose’, oriundos das demandas coloniais e da apresentação desses indígenas enquanto mão de obra desse processo. (GONÇALVES, 2005, Pág. 3). No argumento da autora, no qual também aparentam se basear os mais recentes trabalhos, o envolvimento dos indígenas na guerra dos brancos lhes atribui um novo papel, de agente colonial a serviço de potências ultramarinas. (GONÇALVES, 2005, Pág. 8).

2. Entre a cruz e a espada: expansão religiosa e as políticas indigenistas.

Paralelo a integração dos indígenas enquanto mão de obra de guerra, mais um fenômeno que caracteriza o modo de vida destes ao longo de todo o período colonial, a presença da religião cristã trazida pelo europeu para as terras da colônia produziu desdobramentos estruturantes em torno de todo o modo de vida destes povos,

caracterizando-se como um fenômeno de extrema relevância dentro das diferentes ‘transformações’ as quais estas sociedades passam, e como imaginamos, no contexto aqui analisado tais complexidades tendem a se agravar.

A imposição da religião cristã enquanto estratégia de dominação por parte dos colonizadores não é um debate novo dentro da historiografia brasileira. Longe disso, no que se refere ao período de conflito luso-neerlandês aqui analisado e debatido, autores buscam definir o momento como um divisor de águas dentro da temática no período colonial, por representar, sobretudo, o período em que as complexidades dessas relações tomam novas proporções, trazendo novas hierarquias, mudanças de relacionamentos e novas instâncias de dominação e agrupamento por parte dos indígenas.

Regina de Carvalho Ribeiro da Costa, por exemplo, apresenta um trabalho em que são analisadas como se deram as relações estabelecidas entre os povos nativos da costa e os neerlandeses da Companhia, debatendo tanto a questão militar como a religiosa, chegando em uma determinada conclusão de que ambas, ao serem analisadas, devem ser entendidas como fenômenos entrelaçados que baseiam toda a cadeia dessas relações.(COSTA, 2014, pág. 87).

O ‘modelo’ adotado pelos neerlandeses, no tocante a questão da conversão e do aldeamento dos nativos da costa, possui diferenças importantes em relação ao modelo adotado pelos lusitanos a mais de um século. No argumento de autores como Costa (2014), o caso além de apresentar uma nova doutrina cristã (protestante), características significativas dessa nova ‘política indigenista’ buscavam confrontar pontos de atrito existentes na tradição portuguesa. Apesar de copiar o que considerava frutífero do século de experiência dos católicos, como é o caso dos aldeamentos e do estímulo a conversão, a política diferenciava-se quanto a obrigação da adesão à religião por parte dos nativos, o ‘respeito’ às suas liberdades individuais e, principalmente, a proibição da escravidão indígena em todo território de domínio neerlandês. (COSTA, 2014, pág. 85).

Outros autores também debatem a questão, como aponta a autora em seu artigo. Para Ronaldo Vainfas, que se desdobra bastante sobre o estabelecimento dessas relações e que também é adepto da tese de que as relações religiosas por parte dos neerlandeses se estabelecem com um fim militar (VAINFAS, 2009, pág. 151-2), o que caracteriza a evangelização calvinista entre os índios da colônia, sobretudo os Potiguara, é a opção e preferência da prática para com indígenas que já tinham contato com a religião cristã, sendo neste sentido, a conversão de indígenas católicos para a Igreja Reformada mais simples do que para com aqueles que já rejeitavam a fé de forma mais ampla nas tentativas portuguesas, como é o caso dos tapuia.

Dessa forma, como já fora citado anteriormente, a existência da prática do envio de missionários, assim como o estabelecimento de aldeamentos, aprendizado da língua, nomeação de lideranças e referências entre os nativos como forma de exemplo, assim como outras práticas já bastante conhecidas do período português, se mantêm. Vainfas dedicou todo um artigo para esmiuçar o chamado ‘Plano para o bom Governo dos Índios’. (VAINFAS, 2009, pág. 145-160)

O documento, datado de 1635, estudado e analisado por Vainfas, traz o projeto elaborado pelo ex-jesuíta, Manoel de Moraes, um homem de origem mestiça convertido à fé reformada que participou nas decisões da Companhia relativas à conversão e agregação dos índios à sua causa. O documento revela estratégias que o religioso considerava fundamentais a serem adotadas nas políticas indigenistas da colônia. As instruções se inspiraram muito nas experiências da formação de lideranças indígenas, que trabalharam a serviço da Companhia, caso ao qual nos desdobraremos com mais especificidade mais à frente (VAINFAS, 2009, pág. 157-160).

Neste sentido, o documento aconselharia aos enviados e encarregados dos índios nas terras da colônia ordens como o respeito às liberdades individuais, diferenciando explicitamente o tratamento para com o negro e para com o indígena, considerando estes últimos aliados de maior valor para a causa e o sucesso da colônia. Fora isso, estabelecia que a língua nativa dos mesmos deveria ser aprendida por parte das lideranças religiosas, assim como a levada daqueles mais aptos para a Europa, com fins de serem doutrinados na língua neerlandesa, na fé reformada, e que aprendessem mais práticas de guerra, com o fim de formar novas lideranças, encarregados de comandar a divisão indígena das tropas da Companhia. (VAINFAS, 2009, 157-9).

É difícil datar as extensões que o plano tomara dentro das decisões da Companhia, explica o autor. Contudo, alguns impactos, sobretudo na política dos governantes da colônia e dos ‘comandantes dos índios’ (responsáveis pelos índios em determinados domínios do território neerlandês), podem ser analisados e vistos, como a aceleração do processo de catequese dos nativos, a partir da vinda de mais missionários e tradutores preparados para a questão, estes inclusive, que eram cada vez mais frequentes e formados em maior escala. Fora isso, ainda pode ser datada a existência da recomendação do plano como estratégia oficial da Companhia por Johannes de Laet, um dos diretores da mesma. (COSTA, 2014, pág. 89).

Ainda na linha dos autores clássicos, vale salientar, que José Antônio Gonçalves de Mello, um dos grandes expoentes da historiografia do período flamengo, também compartilha da tese de que, neste momento, a questão religiosa se consolida como principal estratégia de captação de aliados entre os nativos, demonstrando a existência do argumento já a um tempo dentro das produções. (MELLO, 1987, pág. 212).

No caso holandês, pode-se observar, fica explícito a preocupação dos autores para com a natureza da política indigenista neerlandesa como uma contraposição direta à tradição portuguesa adotada desde o século XVI para com os indígenas, destacando sobretudo os seus ‘progressos’, se comparada com a outra administração, e a sua utilização enquanto artimanha de guerra, buscando juntar cada vez mais ‘brasílicos’ para as suas tropas. Dentro das análises dessa política indigenista, no entanto, há trabalhos que analisam os resultados da mesma para além destes períodos de ‘sucesso’ da prática colonial neerlandesa, e que chegam a conclusões interessantes referentes aos desdobramentos dessa prática, sobretudo quando analisada a sua presença nos limites da extensão da colônia.

O trabalho de Guilherme Saraiva Martins, em que é realizado um estudo de caso a respeito de uma revolta indígena no Ceará entre 1643 e 1644 (MARTINS, 2009, pág. 1-9), período em que o clima de tensão no nordeste flamengo é forte devido a restauração, busca entender em sua argumentação como os desenrolares desse evento podem ser um dos indicativos do declínio da política indigenista neerlandesa.

No argumento do autor, as alianças entre os indígenas e os holandeses, neste momento, se deterioram, neste caso não só como fruto de uma degradação geral da estrutura neerlandesa, mas em boa parte como um esforço majoritariamente indígena, em defesa de seus próprios interesses. (MARTINS, 2009, pág. 7-9).

Entrando mais especificamente no caso, o relato se inicia com um grupo de indígenas do Ceará que, organizados em um grupo de em torno de 40, chegam ao Recife em uma embarcação e oferecem ao Conselho da Companhia, responsável pela administração local, uma proposta de aliança, em que juntos conquistaram a região do Forte de São Sebastião, de domínio Português, sendo também o local onde viviam os indígenas deste grupo, com fins de tornar os neerlandeses senhores daquele local, e aqueles indígenas seus súditos. (MARTINS, 2009, pág. 1).

Para além de outros detalhes que cercam o relato, a tomada de fato aconteceu e a campanha fora bem-sucedida, representando um sucesso nos objetivos da Companhia de expandir seus domínios para regiões mais afastadas do centro administrativo, no Recife.

Pode-se perceber, a partir desse relato, que uma verdadeira “embaixada” indígena viera do Ceará a Recife, onde fora recebida pelos membros do Conselho Supremo, e que pretendiam obter uma aliança com os neerlandeses para atacar os portugueses do Forte de São Sebastião, no Ceará. De forma ainda mais interessante, podemos notar que os índios utilizam um linguajar bastante específico para obter o que desejavam da Companhia, imediatamente acenando com as potenciais riquezas da terra em sal, âmbar-gris e algodão[...]. (MARTINS, 2009, pag.3)

Tal acontecimento, inclusive, pode ser retratado, na opinião do autor, como um exemplo do protagonismo indígena dentro deste contexto colonial (MARTINS, 2009, pág.7-9), temática que debatemos mais cedo no artigo. O fato é que, com o desenrolar da administração neerlandesa para com esses indígenas, algumas tensões e conflitos se acumulam com o tempo. Alguns desses problemas tomaram uma proporção ampla, resultando, mais tarde, em um massacre das forças neerlandesas do Ceará pelos indígenas insatisfeitos com a presença neerlandesa.

Entre as ‘más práticas’ adotadas pelos neerlandeses, o autor ressalta a ampla liberdade dada a estes indígenas pela administração neerlandesa, sobretudo em questões relativas ao trabalho. Numa situação de tamanha flexibilidade, os nativos não realizariam esforços para deixar seu modo de vida tradicional, pelo contrário, seriam extremamente resistentes às investidas dos neerlandeses em alterar seu modo de vida. (MARTINS, 2009, pág. 1-5).

Desta forma, questões como o trabalho, o plantio, a catequização, a atividade bélica, entre outras questões de interesse colonial, ocorriam em pouca escala e de maneira muito mal implementada. Martins (2009, pág 1-5.), neste trabalho, argumenta que esse problema não só aponta para graves erros na política indigenista neerlandesa, mas sim, de fato, para um esforço destes próprios indígenas em resistir e se aproveitar ao máximo daquela situação, isso obviamente fruto de um reconhecimento de mais possibilidades dentro do sistema neerlandês para tais atitudes.

Obviamente, não podemos bater o martelo quanto a afirmação de que a política indigenista neerlandesa, por conta deste relato, fora de fato um fracasso total e incapaz de alcançar os seus objetivos. As fontes consultadas aqui, a exemplo dos trabalhos de Costa e Vainfas, não demonstram que a política é fracassada quanto às suas metas, que de fato são frutíferas ao interesse do colonizador naquele contexto durante um bom período.

Quanto ao caso de como se encontrava a questão indígena nos contingentes aliados aos lusos, que pouco falamos em nossas considerações no tópico até então, pode-se perceber uma pouca preocupação dos trabalhos, de uma maneira geral, na compreensão de suas

transformações a partir do impacto trazido pela guerra. Esse fenômeno, no entanto, ocorre, pois, como podemos perceber, o modo de agir, a construção das relações e as próprias ‘políticas’ do lado português para com os indígenas não tende a sofrer alterações profundas ao que se vinha sendo empreendido ao longo do histórico da presença lusa.

Algumas ações afirmativas ocorrem, de fato, e são apontadas transformações na relação, que podem ser sentidas sobretudo na relação dos Portugueses com suas lideranças, fato ao qual trataremos mais especificamente no tópico seguinte. Dessa forma, os esforços Portugueses não tendem a sofrer profundas alterações em seu modo de agir para com os indígenas, mas alguns trabalhos nos revelam coisas interessantes dentro desse contexto do XVII, onde os resultados efetivos das campanhas para com os indígenas passam a se sobressair com maior eficácia.

Desde o XVI, com a chegada dos Portugueses em terras do que viria a ser o Brasil, e o seu contato com os povos daqui iniciado, as decisões e políticas indigenistas dos Portugueses estariam alinhadas com os seus objetivos coloniais, voltados para a implantação total de uma extensão periférica da sua sociedade, atribuída da produção e exploração das riquezas. Devido a isto, o modo de ação dos Portugueses para com os indígenas teria como pilar principal a aculturação e assimilação dos nativos ao seu próprio modo de vida, transformando-os efetivamente em súditos Portugueses adaptados ao modo de vida europeu. (PARAÍSO e MAGALHÃES, 2007, pág. 9-13).

Dessa forma, as relações para com os indígenas sempre estiveram inseridas em uma rede de atividades que visavam a supressão e apagamento das práticas e costumes tradicionais destes povos. Isso ocorria através do ensinamento e substituição do seu modo de vida pelo europeu e cristão. Ademais, o foco era a transformação destes para que estivessem prontos para atender às demandas coloniais. Mudava-se a língua, a religião e o trabalho. Incumbidos dessa tarefa árdua de transformação estariam os jesuítas, ordem católica de presença mais abrangente na colônia, tanto na costa quanto nas regiões interioranas, e que tinham práticas bem definidas para esse processo de aculturação, contando com colégios, missões, seminários e, sobretudo, aldeamentos. (PARAÍSO e MAGALHÃES, 2007, pág. 9-13).

Como já citado, tal processo já é empreendido nas terras coloniais há mais de um século pelos portugueses até o período em que estamos analisando e, portanto, as complexidades e contradições advindas do mesmo também já estão mais afloradas e evidentes. Da forma como argumenta a historiografia a respeito do caso neerlandês, as práticas empreendidas por estes para com os indígenas já surgem como uma consequência das relações com os portugueses, em uma espécie de relação direta, em que, por conta das

opressões lusas e da resistência dos indígenas ao procurar meios para sua sobrevivência, o contato com os neerlandeses é iniciado e suas práticas adaptadas a criação da narrativa de um ‘inimigo em comum’. (COSTA, 2014, pág. 85)

Apesar disso, o trabalho de Paraíso e Magalhães, ‘Muros do Recôncavo’, onde é analisada a participação crucial do contingente indígena na resistência de Salvador no caso de 1624, aponta para uma linha de argumentação interessante. Na obra, onde é exposto que em consequência do desenvolvimento de um sistema mais controlador e a mais tempo estabelecido, o contingente indígena português é, de certa forma, mais competente em sua função bélica e na defesa dos interesses coloniais. (PARAÍSO e MAGALHÃES, 2007, pág. 14-21).

De maneira geral, o que pudemos analisar neste tópico dedicado a entender o estado das políticas indigenistas de ambos os lados dos conflitos, sua extensão religiosa e as transformações e possibilidades que surgem a partir dessas tensões no sistema colonial, diz respeito a algumas teses centrais na qual este tópico se permeia.

A respeito das políticas indigenistas e as práticas religiosas, pudemos entender que última citada se configura, ao longo de todo o período colonial, como parte da estratégia da política, de forma que a religião se torna instrumento de aculturação, que serve aos interesses coloniais, como assim já era em todo o período de hegemonia lusitana, com a ressalva de que, nestes períodos em que as complexidades se afloram, o seu uso enquanto tática de guerra e mecanismo de organização de contingentes, se sobressai em decorrência de sua função enquanto instrumento de controle social, vide os trabalhos de Costa (2014, pág. 85-87), Vainfas (2009, pág. 151-160) e Mello (1987, pág 200-212).

Em consequência disso, a tese das ‘brechas’, que apresenta como estas tensões, tanto em torno da inserção dos neerlandeses como possibilidade de aliança para os indígenas que sofrem com o controle luso, quanto as suas próprias políticas indigenistas que se apresentam como uma alternativa, oferecem novas possibilidades para os nativos dentro do próprio sistema colonial, onde veremos a presença de fenômenos como a ascensão social, uma maior presença de seu protagonismo e a defesa de seus interesses, além da formação de novas organizações sociais, que contam com uma presença de novos chefes aculturados, a serviço do sistema colonial.

3. Liderança Indígena: fiéis aliados, nobres da guerra.

Entre os principais debates que permeiam a historiografia das guerras luso-neerlandesas, para além das problemáticas que já expomos em outros tópicos, está a participação de lideranças indígenas. Tanto no caso holandês, quanto no português, parece se apresentar como o principal tópico a ser abordado pelos autores da temática, de forma que, na maioria dos casos, aparenta ser a forma mais conveniente para se falar sobre os indígenas no contexto.

É evidente, entretanto, que a própria característica das grandes obras sobre o período, a exemplo dos grandes manuais já citados neste trabalho, não possuíam como objeto de estudo específico dentro dos trabalhos a questão indígena, além do fato do campo não possuir, até meados do fim do século XX, muitos espaços para trabalhos dessa vertente. (ALMEIDA., 2010, p.13-28).

Apresentando-se como aquela que, talvez, seja a representação mais conhecida e a figura mais debatida se tratando de indígenas no período neerlandês (e talvez em todo o período colonial), Antônio Filipe Camarão fora um indígena da nação Potiguara aliado aos portugueses. Nascido em Pernambuco no ano de 1600 ou 1601, integrante e comandante desde a juventude de tropas de indígenas aldeados, ganha forte destaque dentro do aparelho militar luso-espanhol, destacando-se por sua destreza na arte da guerra, seu forte senso de liderança e capacidade de organizar indígenas para seus contingentes, além da sua fidelidade à coroa portuguesa e a fé cristã, do qual era considerado forte expoente e adepto. (MELLO, 1954, pág. 7-50).

Filipe Camarão ganharia cada vez mais destaque dentro do conflito, recebendo reconhecimentos e honrarias por parte da Coroa em reconhecimento às suas vitórias, a exemplo do hábito da Ordem de Cristo, mercês em dinheiro e o título de Capitão-Mor dos Índios do Brasil, patente que lhe atribui a alcunha de chefe geral dos contingentes nativos na guerra. (MELLO, 1954, pág. 7-50).

Já Antônio Paraupaba e Pedro Poti surgem como personagens ligados ao evento da Baía da Traição, onde indígenas de nação Potiguara, sob controle dos portugueses na região, se aliam a frota do capitão Boudewijn Hendricxsz, ligado a Companhia das Índias Ocidentais, que teria chegado ao local buscando suprimentos, e causado grande alvoroço entre os portugueses da região, que saem em fuga temendo qualquer tipo de ataque. (HULSMAN, 2006, pág. 41-46).

Após a retirada da frota neerlandesa do local, um ataque português aos indígenas da região seria realizado em represália a traição sofrida no episódio, caracterizando-se como um verdadeiro massacre, em que os Potiguara da região seriam dizimados. Entretanto, um pequeno grupo desses teria conseguido adentrar na frota da companhia e foi levado para os Países Baixos, onde seriam educados na língua neerlandesa e passariam a prestar serviços de tradução e mediação para a Companhia. Tomar-se-iam, posteriormente, lideranças entre os Potiguara. Estariam incluídos neste grupo Poti e Paraupaba, que voltariam ao Brasil para liderar os índios das capitânicas da Paraíba e Rio Grande, tornando-se oficialmente sujeitos ativos dentro do processo da guerra. (COSTA, 2014, pág. 84-85).

As figuras de Antônio Paraupaba, Pedro Poti, e principalmente Filipe Camarão surgem como foco central dos trabalhos que se dedicavam, independentemente do objetivo, a tocar na temática indígena, tanto pela maior gama de documentos e dados a respeito dos mesmos disponíveis para realização dos trabalhos, quanto por, de certa forma, significarem em suas figuras uma representação de diversas das características que permeiam o universo dessa relação entre os colonizadores e os nativos, abrindo espaço para a historiografia possuir um ponto de partida, ou ainda um objeto de estudo, ao trabalharem aquilo que pretende ser debatido.

Até mesmo em algumas obras clássicas já se pode notar alguns trabalhos desse tipo, a exemplo da biografia de Filipe Camarão de José Antônio Gonçalves de Mello (1954), onde o autor já busca debater, ainda que de uma forma mais branda do que as produções mais recentes, as transformações das políticas e alianças, que já citamos no trabalho, oriundas da presença neerlandesa e seu modo de tratar a questão. (MELLO, 1954, pág. 18-19).

A obra, inclusive, é interessante para o debate por apresentar em sua argumentação documentação de época que retrata como as medidas efetivas ocorriam no lado português, a exemplo da carta régia de 1633, escrita por Matias de Albuquerque, em que é solicitada a entrega de certas Mercês aos ‘índios obedientes e quietos’ da Capitania, além das graças exclusivas a Filipe Camarão, como o hábito da Ordem de Cristo.

[...] e que eu mande honrar com brevidade ao Indio principal, que vos assiste, que se chama Antonio Phelippe Camarao de Nação Petiguar, e todos os Indios dessa Capitania e os demais ate o Seará respeitam, e serve desde o principio da guerra na estancia mais arriscada e junto a inimigos, pelejando em todas as occasiões com muito valor, e é bom Christão, e seus procedimentos e serviços; Hei por bem de lhe fazer mercê do habito da Ordem de Christo com quarenta mil reis de rendas e que se lhe passe Patente de Capitão mór dos Indios Petiguares com outros quarenta mil reis de soldo pagos no Almojarifado dessa Capitania [...]. (MELLO, 1954, pag.19)

Já Pedro Souto Maior, ainda no início do século passado, buscava apresentar as figuras das lideranças potiguares do lado neerlandês como representantes de um movimento de resistência e contraposição a repressão portuguesa, mesmo em um período em que se carece de fontes mais concisas para tal afirmação e trabalhos que buscassem essa linha de argumentação fossem demasiadamente escassos. (SOUTO MAIOR, 1912, pág. 71-82).

Os capítulos do autor na Revista Trimestral do Instituto do Ceará, apesar de se configurarem como apresentações simplórias das figuras e apelarem para um fundo mais de curiosidade quanto aos líderes, na época pouco expostas pelos trabalhos dos historiadores, já chama a atenção por trazer como fonte documentos que são amplamente utilizados e analisados em todos os trabalhos da temática até os dias atuais, a exemplo das Cartas Tupi trocadas entre Filipe Camarão e os líderes indígenas aliados aos neerlandeses, Paraupaba e Poti, em 1645, além das representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais após a derrota dos neerlandeses, em 1654-1656, em que solicita apoio para seu povo no Brasil.

O autor ainda chega brevemente a citar no capítulo uma crítica aos historiadores da época, ao citar Petro Poti e Antônio Paraupaba como lideranças ‘muito consideradas’ pelos neerlandeses, e das quais havia muitas fontes a se trabalhar. No entanto, a historiografia preferia, nas palavras do autor, os ‘*tratar como canibae*’, enquanto ressaltam os feitos de Camarão, este que, segundo o autor, também seria responsável por grandes massacres e atrocidades no período colonial, devendo o mesmo ser tratado pelos historiadores como tal. (SOUTO MAIOR, 1912, pág. 79-80)

É interessante ressaltar a crítica, mesmo que sendo breve, pois ela já se apresenta como um forte indicativo de como já nos primeiros trabalhos da temática indígena no período neerlandês no Brasil, há uma chamada a necessidade de que estas produções trabalhem estas lideranças como sujeitos históricos e agentes coloniais.

Este chamado parece ter sido atendido com maior rigor a partir do final do século XX, quando as produções a respeito dessas lideranças começam a debater novas problemáticas socioculturais, abordando tópicos mais críticos a respeito dos seus papéis enquanto agentes de colonização, a extensão do seu poder e influência e, ainda, como essas relações entre os líderes indígenas e suas respectivas coroas/chefias se desdobram após o contexto do conflito.

Um dos autores a se destacar nessa linha é Ronald Raminelli, que possui trabalhos importantes e extremamente esclarecedores a respeito do papel das lideranças no período dos conflitos, as mercês recebidas por seus respectivos serviços, e ainda, o reconhecimento do papel desses líderes e de seus descendentes enquanto nobreza. O argumento de seu trabalho,

mais especificamente, gira em torno da afirmação de que para além do campo das promessas de mercês, posses e gratificações, na prática, as retribuições para com os líderes indígenas, seja no caso holandês quanto no português, não foram efetivamente cumpridas com exatidão. (RAMINELLI, 2009, pág. 69).

O fenômeno fica evidente, segundo o autor, ao ser explorado a questão das retribuições prometidas nas guerras pelas respectivas potências para além da questão indígena, analisando casos semelhantes em outros grupos participantes do conflito, como o contingente dos negros de Henrique Dias, as tropas de mercenários oriundos de diversos locais, e principalmente as elites que estavam financiando efetivamente o conflito. (RAMINELLI, 2009, pág. 67-69).

A análise do caso das elites açucareiras, endividadas com a Companhia e, nesse sentido, apoiadores dos restauradores luso-brasileiros, evidência bem como esta classe estaria colocada em primeiro plano para a Coroa de Portugal relativo ao cumprimento dos seus acordos do que a outros participantes do conflito, como os indígenas, estes tão valorizados, agradecidos e saudados pelos seus efetivos serviços, porém menos merecedores do que aqueles que, de fato, estariam ligados aos negócios coloniais. (RAMINELLI, 2009, pág. 71-73).

Em outro artigo anterior a este último, o autor busca debater mais especificamente as honras e privilégios da família Camarão (RAMINELLI, 2007), a começar por Diogo Pinheiro Camarão. Aí, a questão em torno da extensão dessa rede de mercês e promessas pode ser entendida com mais clareza. Na prática, a concessão de hábitos, títulos, reconhecimentos, entre outras honras que dariam as lideranças indígenas privilégios mais ligados ao prestígio, fama, e no caso dos ‘hábitos’, na esfera jurídica, seriam uma estratégia amplamente utilizada pela Coroa portuguesa para com diversas lideranças do contexto do conflito, por não significarem efetivamente um prejuízo financeiro tão latente e por satisfazerem bem os desejos que estes teriam quanto a seus pagamentos. (RAMINELLI, 2007, pág. 1-6).

Apesar de o hábito da Ordem de Cristo, concedido mais amplamente a determinadas lideranças indígenas, conferir uma série de privilégios jurídicos e uma influência interessante, a possibilidade de sua concessão estaria restrito para aqueles nascidos cristãos e que cumprissem uma série de serviços e tarefas para com a Ordem. Neste sentido, aqueles que nascessem ‘com defeito mecânico’, gentios ou não cristãos estariam proibidos, segundo as normas da ordem, de possuírem o dom do hábito (RAMINELLI, 2007, pág. 4), mostrando que, nestes períodos do conflito, até mesmo essas concessões se relativizam e se inserem no contexto das ‘brechas’.

O próprio Filipe Camarão, enquanto em vida, não desfrutaria em toda a capacidade as suas mercês, visto que o mesmo morreria ainda em 1648, por complicações de um ferimento recebido na primeira Batalha dos Guararapes. A seus descendentes, aponta o autor, restaria apenas o cuidado e o prestígio de seus nomes, visto que os hábitos e mercês de seu pai não seriam herdados por eles. Outras lideranças indígenas tirariam maiores proveitos de suas mercês, como é o caso exposto por Raminelli de Diogo Pinheiro Camarão, primo de Filipe Camarão e que também seria liderança respeitada e agraciada devido aos serviços de guerra.

No caso do mesmo, que possuiria uma mercê régia em dinheiro e o hábito de Avis e Santiago, concedido ao mesmo em 1639, há relatos de documentos que expõe reclamações referentes a maus tratos recebidos por ele e por seus liderados do mestre de campo Francisco Barreto, de origem luso-brasileira, que não reconhecia efetivamente os mesmos como iguais e companheiros, além de receberem um soldo menor. (RAMINELLI, 2007, pág. 5).

Em outro caso, também é relatado pelo autor a solicitação do hábito da Ordem de Cristo realizada pelo próprio Diogo Camarão em 1675, quando já ocupava o posto de Capitão-mor dos índios do Brasil. Neste último relato, ficam evidentes as intenções do conselho da Ordem de Cristo em resistir à concessão do hábito ao líder indígena devido a suas origens, indo de conflito direto aos interesses da Coroa. (RAMINELLI, 2007, pág. 5).

O que autor busca trazer em sua argumentação, neste sentido, é o fato de que a concessão de títulos e hábitos, utilizada como estratégia pela coroa portuguesa para estreitamento de relações e fortalecimento das alianças com os nativos, é falha e possui limites simbólicos muito claros que iam de encontro com a própria visão que a sociedade luso-brasileira possuiria para com os indígenas, além do fato de que a própria administração do Conselho Ultramarino, após um certo período, também abandonaria a estratégia e não faria mais tantos esforços para a consolidação desses processos, uma vez liquidado o confronto com os neerlandeses. (RAMINELLI, 2007, pág.1).

Seguindo nessa linha, o debate sobre o caso holandês, por se configurar como um ciclo que de certa forma, se encerra, ou ao menos se deteriora, com a rendição das tropas da Companhia. O que podemos notar é uma certa semelhança nas argumentações dos autores que buscam debater a respeito dessas lideranças. Como já citamos aqui anteriormente, as relações entre os neerlandeses e os indígenas é caracterizada por ser um movimento naturalmente reativo as políticas e alianças construídas até então entre os lusos e os nativos, apresentando-se como um novo mundo de possibilidades onde o indígena poderia, apesar das contradições, ter um pouco mais de liberdade.

Como frutos desse planejamento surgem as figuras de Pedro Poti e Antônio Paraupaba, novas lideranças de contingentes indígenas aliados aos neerlandeses, que se caracterizavam pela ferrenha oposição às políticas dos portugueses para com seus irmãos indígenas, além de se apresentarem como uma antítese da figura do bom indígena português, caracterizada em Filipe Camarão. (RAMINELLI, 2009, pág. 73 -81).

Essa disputa entre as figuras fica bastante evidente no episódio da troca das cartas Tupi. Filipe Camarão, Diogo Pinheiro Camarão e outras lideranças, inicialmente, enviam cartas para as lideranças e os indígenas integrantes das forças dos neerlandeses. Tais cartas foram enviadas em um momento de grande tensão, após o início da insurreição portuguesa de 1645. Nas cartas, os Potiguara parciais aos portugueses convidam os Potiguara aliados dos neerlandeses a se renderem, a forjarem com os portugueses e a abnegarem o credo protestante.(NAVARRO, 2022, pág. 9-11). As cartas, evidentemente, não seriam bem recebidas pelas lideranças indígenas parciais das tropas neerlandesas. Eles argumentariam que escolheram o lado neerlandês pela defesa de seus povos, de sua liberdade, além da reafirmação de sua lealdade aos neerlandeses e a doutrina protestante.. Mais detalhes a respeito do conteúdo das cartas podem ser encontrados na transcrição mais recente realizada por Navarro (2022).

Na linha da extensão de seus privilégios e honras, os trabalhos prontamente tendem a utilizar o período em que as tensões em torno do exército da restauração e os maiores embates passam a circundar o dia a dia no território da Nova Holanda, de forma que as contradições na relação construída entre os nativos e os neerlandeses ficam mais evidentes. Segundo aponta Raminelli, as sucessivas derrotas sofridas pelos contingentes nos períodos de tensão, assim como a ascensão da figura e dos feitos de Filipe Camarão, além dos frutos que suas ações estariam rendendo para a restauração, serviram para deteriorar a relação destes líderes para com a administração da Companhia. (RAMINELLI, 2009, pág. 77-81) As boas relações construídas desde a chegada dos mesmos as terras brasileiras em 1630, com pronto atendimento e valorização por parte do conselho dos XIX, assim como boas intenções de aliança, dão lugar a incerteza, o que corrobora para o desenrolar dos eventos após a queda do sistema em 1654.

Pedro Poti é capturado durante a primeira Batalha dos Guararapes e preso pelas tropas portuguesas, situação a qual continuaria até o fim de sua vida. Enquanto Antonio Paraupaba conseguiria participar do processo de fuga, se inserindo nas migrações para o norte, partindo do Rio Grande e, dando início a organização da resistência e dos planos para aqueles que sobraram. (MEUWESE, 2014, pág. 62-66). Segundo a argumentação de Meuwese (2014), a

administração da companhia não estaria prontamente preparada para o fim de seu domínio na costa brasileira, de forma que as despesas oriundas das sucessivas perdas tornariam o envio de qualquer assistência para os seus aliados resistentes algo incogitável. (MEUWESE, 2014, pág. 62-66)

O que restaria para aqueles que desejassem seriam as opções pela resistência local, organizando-se em seus próprios grupos e, a sua medida, resistindo aos avanços lusos, ou a pronta retirada para outros territórios. Diante dessa situação, em seus últimos esforços, Paraupaba partiria com a sua família para os Países Baixos, onde ainda seriam realizadas sucessivas tentativas de contato para com os Estados Gerais. Buscaria suplicar por assistência aos aliados que permaneceram no Brasil. (HULSMAN, 2005, pág. 42-48).

Como bem expõe Hulsman (2005), em sua tradução e análise das representações apresentadas por Paraupaba, as súplicas escritas pelo mesmo próximo ao fim de sua vida para a administração dos Estados Gerais, tanto pode ser usada como um reflexo do prestígio e notabilidade que o líder indígena teria dentro dessa administração, quanto ao mesmo tempo também indica, no fim das contas, que apesar da existência de uma continuidade cultural entre os remanescentes e os seus regedores neerlandeses, a preocupação destes últimos não estaria mais voltada para o que sobrou do fracasso brasileiro. (HULSMAN, 2005, pág. 42-48).

[...],a fim de escapar aos ferozes massacres dos Portugueses, para asseverar a V. as Ex.as em nome destas infelizes almas, não somente a constância de sua fidelidade, como também que procuraram a sua subsistência pelo tempo de dois anos, nos sertões, no meio de animais ferozes, e mesmo ainda mais procurarão, conservando-se à disposição deste Estado e fieis à Religião Reformada que aprenderam e praticam, contanto que possam esperar auxílio e socorro de V. as Ex.as . (5)Faltando esse auxílio, este povo terá necessariamente de cair afinal nas garras dos cruéis e sanguinários Portugueses [...]. **(Parte do primeiro regimento de Paraupaba para os Estados Gerais Neerlandeses. HULSMAN, 2005, pag.53)**

A respeito do caso holandês, os autores que buscam debater os limites das lideranças, seu prestígio e honra, não diferem muito em suas argumentações, a exemplo dos trabalhos de Raminelli (2009,p. 67–86), Hulsman (2005, p. 37-69) e Meuwese (2014, p. 59-76), com destaque para os trabalhos destes dois últimos, onde Hulsman realiza a transcrição direta das súplicas de Antônio Paraupaba para os estados gerais após a dissolução da presença holandesa no Brasil, enquanto Meuwese contextualiza de maneira mais específica e detalhada o contexto dessa derrocada da estrutura neerlandesa após a tomada do Recife, com ênfase na migração para o norte e para as rendições graduais dos indígenas aliados da Companhia, assim como sua perseguição.

O que podemos concluir desse tópico, de fato, se pode afirmar que a historiografia que sempre buscou trabalhar a temática das lideranças com maior destaque ao longo dos principais trabalhos e grandes manuais do século XX, construíram uma argumentação voltada à representação e imagem das figuras, repercutidas em obras de valor mais biográfico, em uma espécie de retrato daqueles personagens notáveis.

No entanto, os trabalhos mais recentes, que buscam reinventar essas figuras em um contexto historiográfico onde o indígena é efetivamente reconhecido como um sujeito ativo, protagonista e dono de sua própria história, já apresentam as lideranças sob um olhar mais crítico, reconhecendo-os enquanto agentes de colonização ativos, que mesmo frutos do sistema de aculturação, assimilação e alianças construídas pelos europeus, ainda serviram efetivamente a seus próprios interesses dentro desse contexto, de forma que para o bem ou para o mal, sofrem as consequências de suas próprias atitudes.

4. Considerações Finais

Perpassando pelo que extraímos das análises da bibliografia analisada, podemos organizar, tópico a tópico, quais as principais teses estudadas e linhas de argumentação que permeiam a questão indígena dentro da historiografia do período neerlandês. Efetivamente, podemos elencar que há, antes de tudo, uma clara preocupação de resgate do conhecimento desses indígenas enquanto sujeitos ativos por uma parte mais recente das produções, mesmo que tenham passado por transformações socioculturais no contexto colonial, e que, devido às circunstâncias presentes, também se relacionam com um contexto bélico europeu, impondo novas relações de hierarquia, honra e privilégio nesses cotidianos.

Os fenômenos que corroboram para a existência desses novos contextos, como visto, estão ligados a existência de um novo agente colonizador, caracterizado no neerlandês, nos quais os indígenas puderam encontrar novos caminhos e alternativas ao domínio colonial português, responsável por segregar, dividir, aculturar e promover apagamento étnico dos povos nativos.

Essa relação, como vimos, é composta por inúmeras complexidades e camadas a serem analisadas que definem essa relação, como pudemos presenciar dentro das obras aqui analisadas. No entanto, como também observamos, a forma como os indígenas são representados dentro da historiografia do Brasil holandês segue uma linha que se cruza com os

próprios problemas das produções brasileiras acerca do indígena dentro da História do Brasil, de maneira tal que, como aqui exposto, a representação e o debate tomavam a forma de sua própria época.

Podemos observar, por exemplo, como as produções mais clássicas aqui analisadas, focadas nos manuais e autores clássicos, revelam um debate muito brando da questão indígena, seguindo as tendências de apagamento de sua figura na historiografia, fenômeno exposto por autores como Almeida (2010, p. 13-28), Cunha (1992, p. 133-154) e Costa (2019, p. 91-120). Determinados autores considerados fundamentais para qualquer leitura da questão, a exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen (1872), Pedro Souto Maior (1912 e 1913), Hermann Wätjen (1938), José Antônio Gonsalves de Mello (1954 e 1987) e Charles Boxer (1967), trabalham a questão sob um ponto de vista que apela, majoritariamente, para a curiosidade envolta em grandes figuras, como Felipe Camarão, Pedro Poti e Paraupaba.

A maior parte destes clássicos, inclusive, sofre influência direta da obra de Varnhagen, onde além de seguirem a mesma linha argumentativa de tratar da questão da ‘invasão’ como um fenômeno majoritariamente bélico, colocam os indígenas dentro de uma linha de apagamento dentro do fenômeno, o que se apresenta como uma tendência ao se tratar o período colonial nestes tempos, onde eles se inserem como meros coadjuvantes dentro de uma grande empreitada entre potências ultramarinas.

É importante salientar para a existência sim de autores entre estes que vão levemente além na sua argumentação, a exemplo de Mello (1987) e Souto Maior (1913), que tratam os indígenas de uma maneira mais específica e característica, com algumas argumentações sobre seus feitos e reconhecimento, mesmo que brando, de seu protagonismo. Além do fato de que, nas obras analisadas, os indígenas não estão completamente apagados, apenas em uma posição que não lhes condiz com a realidade de suas contribuições.

Já nas obras mais recentes, como pudemos observar, seguindo uma tendência de valorização e resgate da presença indígena na historiografia brasileira, além de buscar retratá-los como parte fundamental dentro do período das guerras luso-neerlandesas, podemos ver linhas de argumentação mais completas a respeito desses indivíduos, independentemente das temáticas dos trabalhos a serem analisados e qual a questão que está sendo debatida.

São exemplos desse processo autores como Regina Célia Gonçalves (2005), Lodwejik Hulsman (2006), Ronald Raminelli (2007 e 2009), Guilherme Saraiva Martins

(2009), Pablo Antônio Iglesias Magalhães e Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2009), Ronaldo Vainfas (2009), Evaldo Cabral de Mello (2010), Mark Meuwese (2014), Regina de Carvalho Ribeiro da Costa (2019) e Eduardo Navarro (2022). As diferenças, como já acentuamos, se sobrassem nas temáticas debatidas em seus trabalhos, que expõe diferentes perspectivas e problemas que estes autores buscam tratar em relação aos povos indígenas.

Autores como Gonçalves (2005, p. 1-8), Vainfas (2009, p. 145-160), Costa (2019, p. 82 - 97) e Martins (2009, p. 1-9), buscam entender como as alianças entre os indígenas e os neerlandeses se desenvolvem, entendendo suas estratégias para estreitamento dessas relações, que se conferem, na visão dos autores, dentro das características que compõem a política indigenista neerlandesa em seu período de presença no nordeste brasileiro. Como pudemos observar, os autores discutem como uma política indigenista mais ‘branda’ e flexível por parte dos neerlandeses, utilizada como estratégia de oposição às políticas lusitanas, consideradas mais severas e punitivas para com os indígenas, fora um dos trunfos dos batavos para alocação dos nativos a seus contingentes.

A expansão religiosa presente nas políticas indigenistas neerlandesas também se sobressai em linhas de argumentação semelhantes à última citada, ou seja, das estratégias de relação entre neerlandeses e nativos. No trabalho desta questão, tratamos de autores como Paraíso e Magalhães (2007, p. 9-13), Costa (2019, p. 82 - 97) e de certa até mesmo o trabalho de Mello (1987, p. 212). O trabalho desses autores busca analisar com mais especificidade a questão religiosa dentro da política indigenista, entendendo como ela se confere enquanto parte da estratégia militar da mesma, apresentando-se também de maneira mais branda e atraente para os nativos, servindo como mais uma das vias de conquista de aliados.

Por fim, citamos os trabalhos de autores que buscam criar narrativas e problemáticas tendo como objeto de estudo as lideranças indígenas, buscando entender nestas figuras tanto representações dos indígenas aliados dentro deste contexto, quanto entender como é construída a relação entre as administrações das suas respectivas potências aliadas para com estas lideranças, muitas das quais atingem estágios de nobreza e heroísmo, tanto perante as administrações régias quanto nas narrativas criadas pela historiografia. Neste linha, destacam-se os trabalhos de Raminelli (2009, p. 67-85), Hulsman (2006, p. 37-69), Meuwese (2014, p. 59-76) e Navarro (2022, p. 2-44).

A partir de trabalhos diferentes, com objetivos e análises distintas, podemos notar a intenção dos trabalhos mais recentes em reconhecer as lideranças indígenas como pessoas reais, sujeitos históricos que precisam ter o seu papel enquanto agentes coloniais muito bem definidos, lhes rendendo trabalhos que seguem para além de uma linha biográfica. Se sobressaem nesse aspecto o artigo de Raminelli, que busca compreender a extensão das relações entre as respectivas lideranças e suas potências pela análise de seu prestígio, honra e suas mercês, chegando a conclusões interessantes quanto à natureza real dessas relações.

Já com foco em outro ponto, o trabalho de Meuwese, como vimos, buscam compreender uma continuidade presente entre os indígenas aliados aos neerlandeses durante o processo de declínio do domínio da Companhia, que expõe também uma determinada realidade cruel dessas relações a partir do momento que os interesses deixam de existir. Em linha semelhante, o trabalho de Hulsman apresenta de maneira mais detalhada as representações de Paraupaba para os Estados Gerais, onde podemos ver, na argumentação do autor, como se demonstra a continuidade dessa relação mesmo em período de deterioração.

Evidentemente, há uma infinidade de fontes e autores que se inserem na temática que não puderam ser trabalhados aqui, devido à natureza dos objetivos aqui propostos, de apresentar neste trabalho uma introdução, ou uma espécie de guia a se seguir, que demonstre as principais temáticas debatidas dentro da questão indígena no período holandês a partir da argumentação de autores chave, mesclando aspectos da historiografia tradicional com produções mais recentes.

Como pudemos ver no exemplo de Navarro (2022), mesmo com o virar dos séculos, importantes trabalhos na temática continuam surgindo e ajudando na possibilidade de se criarem novas perspectivas, caminhos e temáticas, reforçando solenemente a primeira afirmação realizada neste trabalho, de que os trabalhos que se dedicam a explorar o curto episódio neerlandês ainda não se encontram esgotados.

E cada vez mais, podemos notar, o espaço para o resgate do indígena brasileiro nas nossas produções historiográficas se faz presente, com trabalhos que resgatem sua essência enquanto indivíduos históricos ativos, e valorizem o seu papel de protagonista dentro da sua própria História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

BOXER, C. R. **Os holandeses no Brasil – 1624-1654** (Coleção Brasileira, Vol. 312). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. DE RELIGIOSA A MILITAR: Repensando As Alianças Estabelecidas Entre Os Indígenas E Os Flamengos No Brasil Holandês (1624-1654). **Revista Cantareira**, n. 21, 5 fev. 2019.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. O Paradigma das “Invasões Holandesas”: A Interpretação de Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 180, 2019. p. 91-120.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 133-154, 1992.

GONÇALVES, Regina Célia. Os Potiguara na Guerra dos Brancos (1630-1654). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. **Revista de História**, [S. l.], n. 154, p. 37-69, 2006.

MARTINS, Guilherme Saraiva. A revolta indígena de 1643-44 no Ceará: Alianças e conflitos no Brasil Holandês. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

MEUWESE, Mark. From Dutch Allies to Portuguese Vassals, Indigenous People in the Aftermath of Dutch Brazil. In: **GROSSEN, Michiel V. The Legacy of Dutch Brazil**. Nova York: Cambridge University Press, 2014. p. 59-76.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil Holandês(1630-1654)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Penguin e Companhia das Letras, 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1987.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **D. ANTÔNIO FILIPE CAMARÃO CAPITÃO-MOR DOS ÍNDIOS DA COSTA DO NORDESTE DO BRASIL**. Recife: UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1954.

MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Transcrição e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 17, n. 3, 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 11–40, 2018.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro ; MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias . Muros do Recôncavo: A Capital da América portuguesa transferida para aldeamentos indígenas. **Clio (Recife)**, v. 25.2, p. 09-38, 2009.

POMPA, C. Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manuel Monteiro. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 74, p. 60–80, 2012.

RAMINELLI, R. J..Jefes potiguaras, entre portugueses y neerlandeses, 1633-1695. **Historias**, [S. l.], n. 73, p. 67–86, 2009.

RAMINELLI, R. J.. Honra e privilégio da família Camarão 1630-1720. In: **Simpósio Nacional de História**, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

SOUTO MAIOR, Pedro. A missão de Antonio Paraupaba ante o Governo Hollandez, martyrio e heroismo de Pedro Poty. In: **Revista do Instituto do Ceará - ANNO XXVI**. Ceará: 1912.

SOUTO MAIOR, Pedro. Dous índios notáveis e parentes próximos, Pedro Poty e Philippe Camarão, Documentos interessantíssimos e inéditos. In: **Revista do Instituto do Ceará - ANNO XXVI**. Ceará: 1912.

SOUTO MAIOR, Pedro.. Fastos Pernambucanos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Vol. LXXV, Tomo 1, 1913.

VAINFAS, Ronaldo. O Plano para o Bom Governo dos Índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil holandês. In: **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica** - N. 27-2, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654**. (original de 1871). 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil: antes de sua separação e independência de Portugal**. (Original de 1854-1857) 9. ed. 5 vol. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; INL, 1975.

WÄTJEN, Hermann. **O Dominio Colonial Hollandez no Brasil: Um capitulo na historia colonial do século XVII** (Trad.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ANEXOS

Anexo (1)

Normas de Publicação - Revista Angelus Novus

Diretrizes para Autores:

Normas para publicação:

Art. 9º. À RAN poderão submeter trabalhos pesquisadores de todos os níveis de formação superior.

§1º Não serão aceitos trabalhos de autoria de membros do Conselho Editorial.

§2º Trabalhos de graduandos e graduados serão aceitos para avaliação mediante apresentação de carta de recomendação de um professor vinculado a uma Instituição de Ensino Superior (IES).

Art. 10. Os trabalhos e materiais para publicação na RAN deverão obedecer aos seguintes requisitos.

a) Ineditismo

b) Obedecer a extensão mínima de 15 e extensão máxima de 30 páginas para artigos e extensão mínima de 3 e extensão máxima de 10 páginas para resenhas; utilizar fonte Times New Roman, corpo 12 e entre linhas com espaço de 1,5cm; as margens da

página devem ser obedecer aos limites: 3 cm superior e à esquerda e 2 cm inferior e à direita.

c) Ser redigido em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Artigos e resenhas em outras línguas poderão ser aceitos mediante decisão do Conselho Editorial.

d) Apresentar resumo de, no máximo, 250 palavras. Os resumos devem ser redigidos em português, inglês e espanhol.

e) Os trabalhos deverão ser encaminhados em arquivos na extensões “.doc” ou “.docx”.

f) O autor deverá indicar no cadastro seu vínculo institucional, sua titulação acadêmica, o cargo que ocupa e as áreas de interesse.

g) As notas deverão ser inseridas ao final de cada página, enumeradas com algarismos arábicos. Além disso, as referências bibliográficas deverão seguir as normas da ABNT, conforme os exemplos a seguir.

Artigo de Periódico:

SCHRAG, C. “Leadership among prison inmates”. In: *American Sociological Review*, v. 19, n. 1, p. 37-42, 1954.

Livro completo:

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Capítulo de livro:

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada: contraste da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Tese (Doutorado) ou Dissertação (Mestrado)

CABRAL, E. *Análise das alterações climáticas da cidade de São Paulo (1887-1995) no contexto da expansão de sua mancha urbana*. 1997. 278 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

Para títulos de livros, artigos, teses e dissertações, filmes etc., e nomes de jornais e revistas, originalmente em idiomas que não utilizam o alfabeto latino (chinês, grego, hebraico, japonês, russo etc.), deve-se utilizar o sistema de transliteração oficial do respectivo idioma para o alfabeto latino (português, inglês ou espanhol), seguindo as mesmas normas de referências bibliográficas apresentadas acima.

Exemplo:

Original em alfabeto russo: КАУФМАН, И. И. «Точка зрения политико-экономической критики у Карла Маркса». In: «Вестник Европы», № 5, С. 427-437, май 1872 года.

Transliteração oficial para o alfabeto latino: KAUFMAN, I. I. “Tochka zreniya politiko-ekonomicheskoy kritiki u Karla Marksa”. In: *Vestnik Yevropy*, n. 5, p. 427-437, maio 1872.

i) Para a reprodução de imagens (reprodução de documentos tridimensionais, iconográficos, textuais, tabelas, gráficos, etc.) os autores devem estar atentos: as legendas deverão ser apresentadas com indicação das respectivas autorias, instituições detentoras dos originais e dos eventuais direitos de reprodução (copyright); a obtenção das devidas autorizações é encargo do autor, que deve enviá-las ao editor da Revista *Angelus Novus* acompanhadas de uma carta assinada pelo autor na qual se declara responsável pela divulgação das imagens. As imagens, em preto e branco ou coloridas, devem ser apresentadas em cromo (slide), arquivos digitais com resolução 300dpis, com medida 15 x 18cm (extensão TIF ou versão compactada no formato JPG) ou

ampliações em papel fotográfico. Imagens geradas em câmeras digitais devem ter no mínimo 2.048 x 1.536 pixels.

j) O autor da entrevista se responsabilizará por obter declaração de cessão de direitos assinado pelo entrevistado. Este documento deverá ser anexado no sistema junto com o artigo.